

A DINÂMICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO TURISMO DENTRE O PROCESSO HÍBRIDO DE MEMÓRIA E IDENTIDADE DA CULTURA SOCIAL

THE DYNAMICS OF CULTURAL HERITAGE IN TOURISM AMONG THE HYBRID PROCESS OF MEMORY AND IDENTITY AT THE SOCIAL CULTURE

Leandro Benedini Brusadin ¹

Recebido em 18/08/2014

Aprovado em 25/08/2015

¹ Professor Adjunto do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Franca. Pós-Doutorando na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP). leandro@turismo.ufop.br

RESUMO:

O conceito de patrimônio cultural e suas práticas e representações no turismo se modificam conforme as ações do tempo e do espaço. Insere-se, ainda, o contexto da memória e da identidade enquanto ferramentas de representatividade social em um processo híbrido dos diferentes tempos e sociedades. Os pressupostos científicos analisados nesse artigo objetivam demonstrar que o debate teórico quanto ao patrimônio cultural e sua vinculação com o turismo ainda é um campo aberto sob o prisma epistemológico. Para tanto, a metodologia baseia-se em uma análise bibliográfica que seja capaz de lidar com a dinâmica do tema em uma lógica interdisciplinar. O desafio que se coloca é realizar esse debate de uma forma que possibilite evidenciar os diversos prismas que agem na concepção do patrimônio cultural e suas interfaces com a sociedade por intermédio da atividade turística. Conclui-se que os valores sociais mudam com o tempo, e com isso, a análise do patrimônio é vista de forma diferente ao longo dos tempos pelos grupos sociais. Os paradigmas contemporâneos do patrimônio cultural exigem uma revisão conceitual e prática das suas ações que devem estar em sintonia com estas transformações no campo da memória e da identidade associadas ao turismo.

PALAVRAS-CHAVE:

Patrimônio cultural. Conceito. Memória. Identidade. Turismo. Cultura social.

ABSTRACT:

The concept of cultural heritage and its practices and representations in tourism change as the actions of time and space. Insert, still the context of memory and identity while social representation tools in a hybrid process of different times and societies. The scientific assumptions analyzed in this article aims to demonstrate that the theoretical debate about cultural heritage and its linking with tourism is still an open field under the epistemological prism. To that, the methodology is based on a bibliographical analysis that is able to deal with the dynamics of the theme in a interdisciplinary logic. The challenge is to conduct this debate in a way that makes it possible to highlight the various prisms that act in the design of the cultural heritage and its interfaces with society through the tourist activity. It is concluded that the social values change over time, and with this, the analysis of heritage is seen differently throughout the ages by social groups. The contemporary paradigms of cultural heritage require a conceptual and practical review of their actions, it must be in tune with these transformations in the field of memory and identity associated to tourism.

KEY WORDS:

Cultural heritage. Concept. Memory. Identity. Tourism. Social culture.

1.INTRODUÇÃO

Esse artigo visa entender o patrimônio cultural e sua concepção nostálgica, tal como se faz em algumas narrativas que mostram uma apologia da história que, muitas vezes, torna-se usufruto da atividade turística em sua práxi social. As imagens e textos que simbolizam o patrimônio cultural não devem ser entendidos como ferramentas que refletem a realidade, mas podem ser utilizadas para a reflexão da realidade por meio das experiências sociais. A bibliografia que trata do assunto é vasta quando se relaciona os estudos de casos ou ao ponto em que se referem às políticas de preservação e uso do patrimônio cultural.

No entanto, quando se trata do caráter epistemológico do conceito de patrimônio cultural e sua interface com a memória e a identidade na cultura social, por intermédio do turismo, as publicações se esvaziam diante da complexidade teórica que se faz necessária. Nesse sentido, é imprescindível situar a teoria como próprio objeto de estudo, diferenciando-se de outros trabalhos que utilizam a teoria apenas como elemento introdutório ou marco teórico de uma pesquisa. Aqui a teoria se faz objeto de seu próprio por em causa com o objetivo de aprimorar o debate interdisciplinar das áreas envolvidas no patrimônio cultural em uma ótica interdisciplinar. Para tanto, insere-se nesse trabalho obras de autores clássicos com a densidade capaz de atingir tal premissa e, ainda, estabelecer o paralelo dentre os processos de memória e identidade na cultura social.

Primeiramente, situa-se o significado de patrimônio cultural o qual é diverso, incluindo produtos do sentir, do pensar e do agir humanos. Pedro Paulo Funari (2006, p. 8) indica que a origem da palavra patrimônio vem do termo romano – *pater, patrimonium, família*: “patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater famílias*, pai de família”. Patrimônio pode ser considerado, assim, herança familiar, mas, com o passar do tempo, atingiu outros significados mais amplos para a sociedade.

A fim de entender o patrimônio cultural nesse quadro que lhe é próprio, Ulpiano Meneses (1996) refere-se ao mesmo como fenômeno social, sempre vinculado a um espaço e tempo específicos, nos

quais é preciso entender também, historicamente, as formas de sociabilidade que são extremamente variáveis. Por isso, os conceitos, os sentidos e as práticas da vida privada e da vida pública, de espaços privado e público, de ações privada e pública não são universais nem estáveis.

A palavra patrimônio tem vários usos e significados. O mais comum é o conjunto de bens que uma pessoa ou entidade possuem, mas que, transportado a um determinado território, o patrimônio passa a ser o conjunto de bens que está dentro de seus limites de competência administrativa. Em outro sentido, o patrimônio pode ser classificado por duas grandes divisões: natureza e cultura. Patrimônio natural seriam as riquezas que estão no solo e subsolo, tanto as florestas como as jazidas. Quanto ao patrimônio cultural, esse conceito vem sendo ampliado na medida em que se revisa o conceito de cultura, o que acaba inviabilizando essa divisão fragmentada entre natureza e cultura.

Apesar disso, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência, Cultura (UNESCO) considera o patrimônio cultural composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico. O patrimônio natural significa, nesse meio, as formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, *habitats* de espécies animais e vegetais ameaçadas e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético.

Tal conceito é tratado pelo órgão em uma visão pragmática que por vezes desconsidera o seu caráter dinâmico social. A primeira convenção a respeito do patrimônio mundial, cultural e natural foi a Conferência Geral da UNESCO em 1972. De acordo com essa convenção, compõem o patrimônio da humanidade:

- Monumentos: obras arquitetônicas, esculturais, pinturas, vestígios arqueológicos, inscrições, cavernas;
- Conjuntos: grupos de construções;
- Sítios: obras humanas e naturais de valor histórico, estético, etnológico ou científico;
- Monumentos naturais: formações físicas e biológicas;
- Formações geológicas ou fisiográficas: *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçados de extinção;
- Sítios naturais: áreas de valor científico ou de beleza natural.

Sob esta perspectiva, percebe-se que as “grandes civilizações do passado” recebem mais atenção da UNESCO do que as sociedades que não dominaram outros povos nem deixaram construções monumentais. Apesar de isso estar se alterando, é possível notar essa relação nos bens listados pelo órgão. A chancela da UNESCO dá aos sítios um emblema de patrimônio mundial que constitui um atrativo cultural e econômico, tanto para regiões e países em que os sítios se localizam como para o importante fluxo de turismo cultural e ecológico. O turismo cultural é um dos principais subprodutos da classificação de um sítio como patrimônio da humanidade (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Margarita Barreto (2000) relaciona aspectos importantes a esse tema, destacando que, até a primeira metade do século XX, patrimônio cultural foi sinônimo de obras monumentais, obras de arte consagradas, propriedades de grande luxo associadas às classes dominantes, pertencentes à sociedade política ou civil. Os prédios considerados merecedores de cuidados especiais eram antigos palácios, residências de nobres ou locais onde aconteceram fatos relevantes para a história política de determinado local. Desse modo, já é possível perceber a conotação política que vêm com a sistematização do conceito do patrimônio e que ainda traz consigo a sistematização de muitos elementos presentes na ação do tempo em um dado espaço.

2. PATRIMÔNIO CULTURAL: CONCEITO TEMPORAL E FLEXÍVEL

A conceitualização de patrimônio cultural, no Brasil, é de data recente. O desenvolvimento desse conceito se envolve com fatos políticos e culturais marcantes da História do Brasil, tais como, a Semana de Arte Moderna de 1922, o Estado Novo e a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN) em 1937. Os agentes do SPHAN tiveram que lidar com um movimento inovador e um governo autoritário, assumindo uma feição específica de órgão do Estado na área cultural. A reunião destes três fatos é indispensável para a elaboração do quadro evolutivo do conceito do patrimônio cultural no Brasil, mas, como recorte cronológico conceitual da presente pesquisa, ponderou-se por discutir teoricamente a lógica patrimonial a partir do Estado Novo.

Assim sendo, no Governo Vargas, as primeiras ações em defesa do patrimônio nacional incluíram a seleção de edifícios do período colonial – em estilo barroco – e palácios governamentais, em sua maioria prédios neoclássicos e ecléticos. Essas escolhas foram feitas de acordo com o que era

considerado como a história oficial da nação que se desejava construir. Em sentido estrito, entendia-se como patrimônio cultural as obras de arte no espaço, ou seja, a pintura, a escultura e a arquitetura. Entretanto, existem outras formas humanas do passado, como a dança, a literatura e a música que também fazem parte do patrimônio cultural artístico, mas, por não terem a mesma materialidade que as anteriores, era complexa sua qualificação como “bens”, daí seu esquecimento das preocupações oficiais com a questão do patrimônio em outros tempos.

Além disso, as edificações tombadas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)¹ já atendiam aos interesses de uma história pátria que seria digna de ser preservada para os nacionalistas. A materialidade do barroco representava uma ligação com o passado português, já a imaterialidade das outras artes era, naquele momento, apenas a representação de classes sociais menos privilegiadas. Essas últimas não tinham a mesma força representativa para aquele governo e para os líderes do patrimônio diante da retórica histórica que estava sendo construída.

Com a Constituição de 1946, inaugurou-se a preocupação com a proteção de documentos históricos, mantendo a gestão do patrimônio ao Estado. O conceito de identidade nacional dos governos que se sucediam no poder alteravam as políticas públicas de proteção patrimonial. O Programa de Reconstrução das Cidades Históricas relacionadas pelo governo federal em 1973, por exemplo, centrou-se na recuperação dos bens “pedra e cal” e no incremento do turismo e do comércio em áreas consideradas de tradição histórico-cultural (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Durante os anos em que foi dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, o SPHAN (na chamada “fase heróica” de sua existência, com poucos recursos de elemento humano e de verbas) procurou tomba e restaurar bens patrimoniais mais antigos, centrando suas atenções no acervo arquitetônico; ele foi orientado, aliás, na maior parte do tempo por arquitetos, e por isso, chegou-se a acreditar que patrimônio histórico e artístico fosse a expressão reservada (e sinônima) para patrimônio arquitetônico (PELEGRINI FILHO, 1997).

¹ Uma série de nomenclaturas denominou o órgão oficial do patrimônio cultural no Brasil. Em 1937, o Decreto-Lei No. 25 regulamenta as atividades do SPHAN. Em 1946, o SPHAN tem seu nome alterado para DPHAN (Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Em 1970, o DPHAN é transformado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em 1979, o IPHAN é dividido em SPHAN (secretaria), na condição de órgão normativo, e na Fundação Pró-Memória (FNPM), como órgão executivo. Em 1990, a SPHAN e a FNPM foram extintas dando lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Em 1994, a Medida Provisória No. 752 transforma o IBPC em IPHAN.

Entretanto, no decorrer das atividades e de acordo com o desenvolvimento do SPHAN, foram se transformando para o que se conhece do conceito amplo da Constituição Federal de 1988. Atualmente, tem-se um conceito de patrimônio cultural alargado, compatível com o entendimento disposto no artigo 216 da Constituição Federal, incluindo tanto os bens corpóreos, como incorpóreos, vistos de forma individual ou coletiva e que, de alguma maneira, tenham vinculação com a identidade nacional, nesta inseridas todas as manifestações das diferentes etnias formadoras da sociedade brasileira, dada a existência de vários instrumentos legais de proteção, desde o tombamento, disciplinado pelo Decreto-Lei nº 25/37, passando pelas formas de registro, inventários, vigilância e, até mesmo, pelo instituto da desapropriação (RODRIGUES, 2006, p. 11).

A Constituição Federal, no seu artigo 216, optou pela expressão patrimônio cultural, ao contrário de outros textos constitucionais estrangeiros, como o espanhol, por exemplo, que incluiu, nesta expressão, os termos patrimônio artístico e patrimônio histórico. Essa transposição de conceitos pretendeu suplantar uma concepção puramente arquitetônica do patrimônio cultural em favor de uma concepção cultural abrangente de todas as expressões simbólicas da memória coletiva, constitutivas da identidade de um lugar, de uma região e de uma comunidade.

Analisando as transformações do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e suas políticas, Haroldo Leitão Camargo (2002, p. 91 - 92) constata:

Finalmente, as mudanças adotadas pelo IPHAN a partir dos anos 80 irão incorporar outros elementos, sobretudo os bens de origem popular, os seus fazeres e, bem mais recentemente, o patrimônio imaterial, como as festas, as danças, as profissões, a gastronomia, etc. de alguma forma quebrou-se a hegemonia do patrimônio de “pedra e cal” e da presença exclusiva de arquitetos para a definição dos bens patrimoniais.

A visão dessa época a respeito do patrimônio cultural era de bens móveis e imóveis de interesse público e vinculados a fatos memoráveis da história do Brasil, também por seu valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico. A implementação do Decreto n. 3.551/2000, o qual passou a registrar os bens culturais de natureza imaterial sedimentou a necessidade de proteção e valorização dessa outra forma de patrimonialização, tal como a dança, a arte, a comida e o folclore. Desde então, muitos pesquisadores passaram a se utilizar da delimitação que distingue o patrimônio cultural material do patrimônio cultural imaterial. Mesmo considerando a inclusão dessa denominação, essa concepção contida em diversas bibliografias que tratam sobre o tema é simplista e equivocada, já que

a cultura material contém elementos imateriais e o mesmo ocorre no sentido inverso em um processo que deveria ser flexível.

Diante disso, tem se colocado como distinto, no conceito de patrimônio, aquilo que seria um patrimônio material e o que se configuraria como um patrimônio imaterial. O primeiro seria o conjunto das construções físicas do homem na sua relação com o meio ambiente para o atendimento de suas necessidades práticas. O segundo conjunto agruparia as construções mentais e os valores culturais configurados em signos e significados diversos. Essa dicotomia é falsa e não se sustenta nem didaticamente, posto que a inteligibilidade de uma manifestação cultural tem sentidos, valores, significados. Separá-los em sua compreensão, buscando uma compartimentação irreal da vida, seria destruir a possibilidade de apreensão da construção de uma cultura (MENESES, 2004).

O patrimônio de pedra e cal, queira-se ou não, sempre esteve vinculado às elites, enquanto o patrimônio intangível se associa às classes populares. Então, essa forma de valorização do SPHAN também foi uma espécie de abertura e a política desenvolvida com relação ao patrimônio imaterial é muito séria e cautelosa (MENESES, 2007). Maria de Lourdes Parreiras Horta (2005), numa proposição mais enfática, afirma que na verdade não existe um patrimônio material, mas apenas um único patrimônio cuja natureza é imaterial, porquanto se constrói e se configura no espírito de uma cultura que se transmite no tempo e no espaço. Esses espaços são campos de representação simbólica e sintética de uma sequência de ações, cristalizadas nos fragmentos e resíduos da matéria da cultura.

Para Martins (2006, p. 41), é muito difícil definir o termo patrimônio, pois é muito amplo e envolve diferentes setores. Um ponto comum à definição de patrimônio é: “algo de valor, que se transmite e do qual todos se utilizam, seja individual ou coletivamente”. A ideia de patrimônio foi se desenvolvendo conforme os tempos, levando em conta cada momento cultural e cada contexto social e, com isso, os conceitos foram se ampliando.

Portanto, o conceito de patrimônio é temporal e flexível porque vive em constante revisão, conforme a sociedade se reconstrói e aprofunda contextos sociais, históricos e econômicos que ela mesma deseja preservar. Além disso, este mesmo conceito depende das premissas e dos interesses de entidades representativas do patrimônio. A atribuição do que é valioso historicamente para determinada sociedade varia de acordo com o tempo e da valorização cultural de cada uma. É preciso

considerar também que o que é digno de valor histórico, muitas vezes foi concebido para tal em um processo anacrônico e imposto em determinada cultura social por um processo lógico passado – futuro.

Por isso, é preciso trabalhar o conceito de patrimônio por meio do conhecimento histórico produzido sobre inúmeras manifestações da cultura popular brasileira, considerando que todos os sujeitos sociais são agentes no tempo histórico e suas experiências e práticas culturais, modos de vida e representações contribuem e ampliam a noção de diversidade cultural no país. Nesse caminho,

Cardoso (2006, p. 68) defende a seguinte proposta para a concepção do patrimônio cultural:

O conhecimento histórico ao estudo de identificação das práticas e representações dos mais distintos grupos sociais e comunidades, a fim de que este auxilie a compreensão dos elementos constituidores das realizações de cada povo como suas atividades de subsistência, folguedos, religiosidade, artesanato, gastronomia, festas típicas, rituais, folclore, música, espaço de sociabilidade, etc.

O patrimônio é o reflexo da sociedade que o produz, sendo que mesmo que ele não seja construído pela coletividade, é essa sociedade quem o acaba legitimando e incorporando o seu teor simbólico. Pode-se concluir que qualquer definição que surja de patrimônio remete a um fator comum, o de “patrimônio simbólico”, representado pelo entrelaçamento entre a materialidade e a imaterialidade dos objetos que marcam determinado tempo e sua gente.

Buscando entender as concepções teóricas como aspecto inerente as práticas, pode-se iniciar esta interlocução com um exemplo do patrimônio na cidade de São Paulo. Em um levantamento realizado pelo Jornal Folha de São Paulo, no ano de 2008, 98 prédios tombados por proteção oficial foram visitados, dos quais 38 % sofreram danos, 46 % tiveram alteração na fachada e 81 % não tinham identificação e, ainda, dois viraram ruínas. Os usos culturais desses prédios diversificam-se entre igrejas (15%), centros culturais (14%), museus (8%), empresas (11%) e repartições públicas (14%). A reportagem do jornal considera que o prédio tombado acaba sendo abandonado e “simplesmente cai”. Destaca-se, ainda, que o funcionário de uma casa de 1884, na Rua Veridiana Prado, em Higienópolis, ouve mais de 15 vezes por dia: “O que é que tem aí dentro”. Este é um patrimônio privado, o qual é alugado para festas da elite paulistana. Como pensar a concepção de patrimônio fruto da coletividade cultural sendo que a própria sociedade não o reconhece? Nesses tempos, uma dessas formas é transformá-lo em objeto de visitação e contemplação social pelo turismo.

No entanto, Choay (2001, p. 248) considera que a visitação do patrimônio transforma-o em um objeto de culto irracional e de uma valorização incondicional. As suas práticas deveriam indicar a nossa própria capacidade de substituir esse patrimônio, repensando as suas visitas, restauro e reutilização. A autora considera que o conceito de patrimônio sempre foi contaminado por uma forte conotação econômica, que contribuía para a sua ambivalência.

Na sua função narcisista, o culto ao patrimônio só é justificável por um tempo de interromper simbolicamente o curso da história, tempo de tomar fôlego da atualidade, tempo de confrontar a nossa identidade antropológica a fim de poder continuar sua construção, tempo de reassumir um destino e uma reflexão. Passado esse prazo, o espelho do patrimônio estaria nos precipitando na consciência, na recusa do real e na repetição.

Ao tratar o patrimônio cultural sob o ponto de vista de suas práticas, Cardoso (2006) ressalta que se faz necessário aliar o conhecimento histórico ao estudo de identificação de práticas e de representações nos mais distintos grupos sociais e comunidades, a fim de que auxilie a compreensão dos elementos constituidores das realizações de cada povo.

Entre essas e demais apropriações das concepções de patrimônio, percebe-se que o conceito é sempre reflexo de quem o produz e de acordo com os diversos interesses ao longo do tempo, seja para fins econômicos e políticos, seja para o cunho acadêmico e intelectual. É possível deduzir que o desenvolvimento histórico do conceito de patrimônio cultural não se tomou de aspecto inteiramente acabado, uma vez que sua utilização não se pode reduzir à discussão intelectual sem que seja introjetada a importância da sua preservação como forma de exercício da cidadania e suas diferentes formas de representação dessa sociedade e de outras mais.

Nesse quadro da cultura que inclui a tradição e o poder de cada símbolo no imaginário social, entende-se o patrimônio cultural como fonte de abastecimento para a sociedade se representar no tempo e no espaço. As imaginações simbólicas se interagem com a memória humana e compõem os sentidos tidos como reais da vida social. De acordo com Camargo (2002), o valor simbólico que atribuímos aos objetos ou artefatos é decorrente da importância que lhes atribuímos a memória coletiva. E é esta memória que nos impele a desvendar seu significado histórico-social, refazendo o passado em relação ao presente, e a inventar o patrimônio dentro de limites possíveis, estabelecidos pelo conhecimento ou pelas práticas culturais do homem e sua representação do tempo.

3. MEMÓRIA E IDENTIDADE: PROCESSOS HÍBRIDOS DA CULTURA SOCIAL

As representações do patrimônio e sua manipulação simbólica se inserem no processo identitário que está relacionado à percepção dos tempos históricos de uma sociedade. Ao nortear este aspecto, tornam-se importantes as questões da memória e da identidade para a compreensão da dinâmica patrimonial. O patrimônio histórico, em sentido amplo, faz parte de um processo maior ainda, englobando a concepção e a recuperação da memória, graças à qual os povos procuram estabelecer a sua identidade.

Identificar-se com o passado não é tão-somente identificar-se com coisas antigas, mas é, sobretudo, uma maneira de abordar os acontecimentos, segundo os quais a consciência confere identidade, permanência e estabilidade em relação ao passado. Le Goff (2003, p. 469) afirma que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.”

Os estudos da Profa. Maria Carolina Bovério Galzerani, da Faculdade de Educação da Unicamp, junto ao grupo de pesquisa Memória, História e Educação, incorporam a discussão em busca de um conceito de memória capaz de abrir brechas para produções mais inventivas e dissonantes - em relação às práticas já cristalizadas - aproximando-se das reflexões de Walter Benjamin (1994). Para este autor, rememorar é um ato político, com potencialidades de produzir um despertar dos sonhos e das fantasmagorias para a construção de utopias. Rememorar, então, significa trazer o passado vivido como opção de questionamento das relações e sensibilidades sociais existentes também no presente, sendo uma busca atenciosa relativa aos rumos a serem construídos no futuro. Funda-se, portanto, na racionalidade estética e permite a explicitação de pontos de vista e não pontos fixos, a imbricação de racionalidade e de sensibilidades, transforma os tempos perdidos em tempos redescobertos e confere a cada experiência, historicamente revisitada, a verdade que lhe é própria na relação com os desafios educacionais do presente. A História (disciplina) seria a reconstrução intelectual problematizadora, e a memória, uma tradição artesanal, afetiva e vulnerável.

A História da memória é descrita como uma “memória social” e/ou “memória cultural”. Há um forte interesse popular pelas memórias históricas. Contudo, a memória de conflitos também resulta em conflitos de memória. Dependendo da cultura, um tipo de memória pode ser dominante e outro

subordinado (BURKE, 2005). Para entender tal aspecto, Chartier (1990, p. 56) afirma: “importa antes de mais nada identificar a maneira como, nas práticas, nas representações ou nas produções, se cruzam e se imbricam diferentes formas culturais”. A ideia de memória implica na concepção de várias culturas que, por sua vez, retroalimenta o que desejamos rememorar em um processo híbrido da cultura social no tempo e no espaço.

Jacques Le Goff (2003) trata os fenômenos da memória como resultados de sistemas dinâmicos de organização que apenas existem na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui. A memória, onde cresce a História, que, por sua vez, a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Entretanto, devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão do homem. E assim o autor define memória:

Fenômeno individual e psicológico, a memória liga-se também à vida social. Esta varia em função da presença ou da ausência de escrita e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado, produz diversos tipos de documento/monumento, faz escrever a história, acumular objetos. A apreensão da memória depende, deste modo, do ambiente social e político: trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação de tempo (LE GOFF, 2003, p. 50).

Burke (2000, p. 78) ressalta que a memória social pode ser transmitida de cinco maneiras: pelas tradições orais; pelos relatos escritos; pelas imagens, como as artes e monumentos públicos; pela ação de transmissão de memória, como rituais e tentativas de construção de identidades nacionais; e pelo espaço, como palácios, teatros, etc.

Alguns aspectos do processo pelo qual o passado é lembrado se transforma em mito. Devemos enfatizar que aqui se emprega o escorregadio termo “mito” não no sentido positivista de uma “história imprecisa”, mas no sentido mais rico, positivo, e uma história com significado simbólico que envolve personagens e tamanho maior que o natural, sejam eles heróis ou vilões. Essas histórias em geral são criadas a partir de uma sequência de incidentes estereotipados, às vezes conhecidos como “temas”.

A memória é para os homens uma forma de identificar-se com sua concepção de passado e, nesse sentido, devemos compreender os aspectos biológicos que tangem o seu funcionamento. Ivan Izquierdo (2002, p. 10) situa que a “memória é a aquisição, a formação, a conservação e a evocação de informações. A aquisição é também chamada de aprendizagem: só se ‘grava’ aquilo que foi aprendido. A evocação é também chamada de recordação, lembrança, recuperação. Só lembramos aquilo que gravamos, aquilo que foi aprendido”.

As memórias que registram fatos, eventos ou conhecimento são chamadas declarativas, porque os seres humanos podem declarar que existem e podem relatar como adquiriram. Dentre estas, situam-se as memórias episódicas, denominadas pelos eventos dos quais participamos e as memórias semânticas, denominadas pelos conhecimentos gerais de uma pessoa. A formação da memória no cérebro se dá na região do hipocampo sendo este o seu principal protagonista. O mecanismo básico da formação da memória é constituído por fenômenos que determinam a alteração duradoura da função das sinapses envolvidas (IZQUIERDO, 2002). Um exemplo dessa formação é a aversão do ser humano ao sabor e à má digestão quando nos lembramos de algo que comemos. Essas são as funções plásticas das células nervosas que se relacionam com o processo de formação da memória que, por sua vez, determina a visão do homem e seu tempo. A etapa do esquecimento também faz parte desse processo de formação da memória e, quando nos esquecemos de algo, estamos cedendo lugar a outro processo informativo.

Em outra direção, quando você se lembra de algo, isso pode gerar uma consequência negativa – enfraquece as outras memórias armazenadas no cérebro - afirma o psicólogo James Sotne, da Universidade de Sheffiel, em um estudo publicado na Revista Super Interessante (2009). O estudo esclarece que esquecer faz parte da memória saudável e que todos nós temos lembranças falsas ou distorcidas. Ainda assim, é difícil imaginar uma sociedade que não acreditasse na memória das pessoas. Apesar disso, a Universidade da Califórnia conseguiu desenvolver um chip que reproduz as funções do hipocampo, área do cérebro que coordena a formação das memórias. A suplementação artificial da memória poderia criar uma sociedade ainda mais dividida, nas quais alguns possuiriam memória mais potente que os outros. As pílulas cerebrais podem se tornar ajudantes cerebrais banais e muito aceitas pela sociedade. Isto poderia alterar o debate em que o esquecimento faz parte da própria memória na formação identitária dos homens.

Bosi (1994) afirma que a memória teria uma função prática de limitar a indeterminação (do pensamento e da ação) e de levar o sujeito a reproduzir formas de comportamento que já deram certo. A percepção concreta precisa valer-se do passado que de algum modo se conservou, sendo a memória essa reserva crescente a cada instante e que dispõe da totalidade da nossa experiência adquirida, mesmo em estado inconsciente. Nesse sentido, o patrimônio cultural se situa como um mecanismo do homem em representar no espaço presente, o que elegeu para rememorar de seu tempo passado.

O passado permanece inteiramente dentro de nossa memória, tal como foi para nós; porém alguns obstáculos, em particular o comportamento de nosso cérebro, impedem que o evoquemos em todas as partes, sendo que o uso da representação inconsciente vai ser constante. O passado se conserva inteiro e independente no espírito e de existência inconsciente (memória sonho): “chamo de matéria o conjunto das imagens e de percepção da matéria” [...] (BERGSON, 1990, P. 13)

Ao continuar sua análise, Ecléa Bosi (1994) relaciona os quadros sociais da memória: a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo. A nitidez da memória não é isolada, mas se relaciona com a experiência social do grupo. Assim a memória do grupo seria relacionada com a tradição, e as convenções verbais produzidas em sociedade constituiriam o quadro ao mesmo tempo mais elementar e mais estável da memória coletiva, inclusive o patrimônio cultural e sua concepção social de passado estático, a fim de ser constantemente lembrado por meio dos seus símbolos enquanto fator de identidade.

Maurice Halbwachs (1990, p. 26) revela a sua relação entre a memória e a sociedade: “A primeira vez que fui a Londres, diante de Saint Paul ou Mission-House, sobre o Strand, nos arredores dos Court’s of Law, muitas impressões lembravam-me os romances de Dickens lidos em minha infância: eu passeava então com Dickens”. Halbwachs (1999, p. 35) relaciona mais diretamente a memória coletiva com o espaço, sugerindo a ideia de que o espaço é interdependente à memória do grupo: “assim, não somente casas e muralhas persistem através dos séculos, mas toda a parte do grupo que está, sem cessar, em contato com elas, e que confunde sua vida e a dessas coisas que se passam, na realidade, fora de seu círculo mais próximo e além de seu horizonte imediato”.

As memórias coletivas são, desse modo, construídas pelos grupos sociais diante dos locais que eles buscam representar o passado. Halbwachs (1990, p. 72) insere a lembrança no contexto das representações do nosso passado que repousam, pelo menos em parte, em depoimentos e na racionalização deles. “Será que basta reconstituir a noção histórica de um acontecimento que certamente aconteceu, mas do qual não guardamos nenhuma impressão, para se construir todas as peças de uma lembrança?” O autor pressupõe a questão do lugar como maneira de representação do passado no presente e suprir algumas etapas do esquecimento.

[...] é somente a imagem do espaço que, em razão de sua estabilidade, dá-nos a ilusão de não mudar através do tempo e encontrar o passado no presente; mas é assim que

podemos definir memória; e o espaço só é suficientemente estável para poder durar sem envelhecer, nem perder nenhuma de suas partes (HALBWACHS, 1990, p. 160).

Pierre Nora (1993, p. 27), em seu texto *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, retrata que os lugares de memória nascem e vivem do sentimento em que não haja memória espontânea, que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. O autor aponta que, na história memória de antigamente, havia a necessidade de considerar que o passado poderia ser reconduzido ao presente. No entanto, para que haja um sentimento do passado, é necessário que ocorra uma brecha entre o presente e o passado.

Diferentemente de todos os objetos da história, os lugares de memória não tem referentes na realidade. Ou melhor, eles são, eles mesmos, seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro. Não que não tenham conteúdo, presença física ou histórica; ao contrário. [...] Nesse sentido, lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso; fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade; e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.

Entendendo a perspectiva de Nora (1993), memória-lugar é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar e o repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar. A “memória do papel” tornou-se instituição autônoma de museus, bibliotecas, depósitos, centros de documentação, banco de dados. Neste contexto, o turismo compartilha com a sociedade os locais de memória concebidos como históricos e, por isso, são visitados e contemplados pela sociedade. O desafio é relacionar a atração turística do passado com o conteúdo histórico e suas diferentes significações.

Halbwachs (1990) também relata a importância da parte física dos locais para a memória ao descrever as visitas a uma velha igreja ou ao claustro de um convento.

Assim, não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma a outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca (HALBWACHS, 1990, p. 143).

Se a sociedade pode esquecer (ou permanecer inconsciente) partes da memória coletiva espontânea, ela, ao mesmo tempo, desenvolve uma percepção histórica que, diante do perigo de uma perda definitiva do passado, começa a recriar ou inventar deliberadamente lugares de memória.

Entendemos, por fim, porque, em nossa sociedade contemporânea, existem lugares de memória diferentes das sociedades pré-industriais, onde a memória era o próprio suporte de continuidade e preservação do social. Talvez, por isso, tenha se multiplicado a quantidade de locais que são considerados patrimônio cultural da humanidade, pois cabe aos lugares a possibilidade de nos fazer lembrar devido à nossa memória e sua necessidade de esquecimento.

No entanto, Pierre Nora (1993) sugere que os estudos sobre a memória coletiva, tão em voga nos dias que correm, indicam muito mais um mal-estar geral de nossos tempos do que qualquer espírito de nacionalismo. Numa certa medida, com a aceleração desmesurada da história no século XX, o cidadão contemporâneo vai se dando conta de uma ruptura definitiva com o passado, e o tradicional sentimento de continuidade entre o passado e o presente vai se tornando cada dia mais distante. Entre memória e História surgem distinções: a memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A História é a reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais – o passado.

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a História uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso críticos. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica. (...) A História, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, no que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A História só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a História só conhece o relativo (NORA, 1993, p. 9).

A contribuição de Pierre Nora para os estudos de História parece ter sido a proposta de atenção ao tempo longo, o tempo da memória. Nesse caminho, D'Aléssio (1992-1993) afirma que a memória é um processo vivido, conduzido por grupos vivos; portanto, a História, em contrapartida, é registro, distanciamento, problematização, crítica e reflexão, sendo uma operação intelectual que dessacraliza a memória. Mas, ainda sim, os lugares de memória são atributos de uma História que ainda tem restos de uma memória celebrativa, tanto que passa a ser arquivado em monumentos e museus.

O conceito de memória é, assim, fundamental para que seja compreendido o processo de construção e reconstrução da identidade nacional. A memória participa da natureza do imaginário como conjunto

das imagens não gratuitas e das relações de imagens que constituem o capital inconsciente do ser humano. Pierre Nora (1993) associa o patrimônio cultural à memória a fim de designar lugares onde a memória incarnou e permaneceu, seja pela vontade dos homens, seja pelo trabalho dos séculos, como importantes símbolos nacionais. Lugares de memória se corporificam como forma de resguardar algo que tende a ser esquecido. São as festas, os emblemas, as comemorações, os monumentos ou as instituições responsáveis pela guarda da memória, tais como os arquivos, as bibliotecas e os museus. Nesses espaços culturais são incorporados os símbolos e suas informações que penetram no imaginário social. No entanto, como lidar com esse processo em um tempo com vasta gama de fontes de informações e de tecnologias para tal?

Ao trabalhar a memória na era da reprodutibilidade técnica, Walter Benjamin (1994) ressalta que o excesso de informações pode facilitar as versões inverossímeis. Sales e Silva (2006) aponta que, em nome da ciência, da razão ou da técnica, acaba-se por retirar da memória a possibilidade de um saber-fazer: destroem-se experiências, eliminam-se propostas e projetos em construção. As tradições populares são subjugadas a outras tantas tradições inventadas são manipuladas na perspectiva de ocultar os conflitos e produzir a imagem de uma sociedade harmônica, minimizando o poder da memória e ocultando a problematização da História.

No entanto, a maioria dos estudos que analisa a relação entre o passado e o presente, por meio do patrimônio cultural, indica que se devem preservar os elementos significativos de cada cultura a fim de garantir a compreensão da memória social. O que ainda importa, nesse trabalho, é entender porque determinado bem cultural possui valor para a sociedade e porque é contemplado pelo turismo. Nessa abordagem, Carlos A. C Lemos (1982) salienta que podemos, então, de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social, preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do patrimônio cultural.

A questão da memória, da busca identitária e da apresentação do passado como patrimônio cultural apresenta-se como uma rica fronteira entre os campos do saber da História e do Turismo. A construção / invenção do passado, enquanto lugar de memória para quem viaja, parte de interpretações que são instrumentalmente inseridas no método da História, mas, também, são construções de caráter popular, lendário e mitológico. Assim sendo, a disciplina História se adere à história, vivência construída no tempo, e o Turismo, disciplina planejadora que constrói

interpretações a serem transformadas em atrativos culturais, se encontra com a atividade turística, corrente no mundo dos homens e que toma dimensão moderna a partir da Revolução Industrial. A ideia de patrimônio histórico-cultural e o conceito de patrimônio memorialístico e identitário fazem mediação entre disciplinas e vivências (MENESES, 2004).

Na busca de entendimento dessa prática, se situa a contemplação dos elementos fúnebres dos cemitérios enquanto patrimônio cultural e atrativos turísticos, realizado por José Solon Sales e Silva (2006, p. 140). O autor conclui que é tarefa difícil educar e incutir elementos desconhecidos, diante de uma educação que repudia a morte: “memória e história se conjugam em um cemitério, seja pelo aspecto da universalidade ou da regionalidade. É fato que o belo encontra-se em todo lugar, inclusive na leitura de um monumento cemiterial”. Com esse objetivo, elementos fúnebres de grandes personalidades, de símbolos e de arte apresentam-se nos cemitérios como fatores motivacionais para a visitação turística, desprezando fatores de ambiente macabro relacionado, muitas vezes, ao local. Destaca-se, nesse caso, o Cemitério dos Prazeres em Lisboa e o Cemitério de La Recoleta em Buenos Aires.

A ideia de se realizar viagens para lugares que atrelam a memória e a identidade de uma dada região torna-se, nesses tempos, um fator cultural humano propriamente dito, inclusive para as pessoas que queiram ser identificadas como cultas. Apesar disso, para José Newton Coelho Meneses (2004, p. 48), a visão de quem busca conhecer o passado identitário de determinado grupo social não é apenas um sentido neurofisiológico a cumprir as funções biológicas da memória. Assim não sendo, exige-se que seja uma visão instituída culturalmente. Para tanto, seria necessário que o atrativo turístico de caráter histórico-cultural fosse tomado como a junção dinâmica de tempos históricos distintos, em uma amplitude por meio da qual o historiador visualiza a historicidade do tempo. Há tempos distintos a configurarem o mesmo objeto de interpretação histórica, e esses tempos estão presentes na dinamicidade da construção passada como parte de sua identidade. Há o próprio tempo dos intérpretes da história e do visitante de determinado espaço que os leva a buscarem conhecer, compreender, interpretar e ter prazer no entendimento. Há mediadores entre a busca curiosa de conhecimento e do passado, e esses mediadores são de várias ordens, mas, sobretudo, estão integrados na atividade turística.

[...] pode-se pressupor quanto a interpretação histórica contribui com uma nova perspectiva para o turismo cultural, na medida em que amplia as possibilidades de objetos de interpretação e das formas de interpretar as culturas passadas, ampliando, ainda as possibilidades de transformação dessas culturas em atrativos a serem

problematizados e valorizados pelo visitante. Em decorrência direta dessa perspectiva, há que se prever as formas variadas e diversas e, portanto, ricas, de aprender e interpretar os objetos que motivam a busca de entendimento que leva o turista a abandonar o seu cotidiano e ir ao encontro do cotidiano do outro (MENESES, 2004, p. 48).

Entretanto, em algumas análises, a atividade turística é colocada como aniquiladora das identidades regionais e nacionais, já que, devido aos interesses de mercado, o turista pode assumir um papel predominante perante a comunidade receptora. No entanto, consideramos a própria atividade como um elemento representativo dessa cultura por suas diversas práticas e representações sociais. O turismo não é uma atividade isolada do mundo contemporâneo, mas, sim, uma produção da sociedade de nossos tempos em que a identidade parece estar em constante transformação em suas fronteiras culturais de modo híbrido.

Peter Burke (2006) relaciona o hibridismo cultural como uma tendência global, já que os objetos se tornaram híbridos, tais como, os artefatos, práticas e povos. Desse modo, as coletividades são constituídas por grupos diversos, em mutação, com interesses distintos. No entanto, devemos estar atentos para que as representações ou construções que fazemos do passado, pois muitas vezes são reproduções de arquétipos e simbologias não totalmente apreendidas por nós. As memórias e narrativas sobre o passado podem ser responsáveis por práticas de exclusão e discriminação sem que sejam assim identificadas. Não somos totalmente livres para reconstruir o passado e o fazemos dentro de limites possíveis, isto é, a partir das condições dadas pela própria história (SANTOS, 2005).

É imprescindível lembrar que, dentro dos parâmetros contemporâneos, compreende-se por patrimônio cultural todo e qualquer artefato humano que, tendo um forte componente simbólico, seja de algum modo representativo da coletividade, da região e da época específica. Isso também nos permite compreender o processo histórico e identitário de uma cultura, mas não significa dizer que todos os componentes simbólicos que compõem o patrimônio sejam autênticos, mas quando incorporados pela sociedade, passam a compor o seu processo identitário. O que importa é entender as razões pelos quais lembramos aquela história e contemplamos aquele atrativo cultural no turismo.

4. CONCLUSÃO

O que se percebe que a composição das identidades e, conseqüentemente, do que chamamos de memória está sendo constituída por um processo híbrido de interlocução entre os diferentes povos e suas representações no tempo e no espaço. Já não é mais possível a delimitação integral entre uma cultura e a outra. Isso explicaria a tendência do próprio turismo em reafirmar determinadas tradições como sendo singulares de uma dada época e de um povo em específico.

No contexto contemporâneo do patrimônio cultural insere-se o turismo como mais uma atividade em expansão desse mundo globalizado e que também interfere no constante processo de construção e reconstrução da identidade. Assim, os valores sociais mudam com o tempo, e com isso, a análise do patrimônio é vista de forma diferente ao longo dos tempos pelos grupos sociais. Os paradigmas contemporâneos do patrimônio cultural exigem uma revisão conceitual e prática das suas ações que devem estar em sintonia com estas transformações no campo da memória e da identidade.

Além do mais, no mundo contemporâneo, a memória teria deixado de ser incorporada à vivência cotidiana da tradição e do costume, sendo substituída por “lugares de memória”, ou seja, a memória teria deixado de ter função ativa no conjunto da sociedade para se tornar atributo de alguns locais. Ao invés de ser encontrada no próprio tecido social no costume e na tradição, a memória tomaria forma em determinados lugares, passando a depender de agentes especialmente dedicados a sua produção. Partindo desta premissa, destacam-se os atrativos culturais e seu papel enquanto lugares de memória que também interferem no processo de identidade.

Entendendo assim, já podemos dimensionar a importância do campo do Turismo em estudar as apropriações realizadas por sua atividade no espaço e a da História em representá-las no tempo. Uma das formas de legitimação desse processo é o turismo que atrela a compreensão do imaginário social e seus símbolos com o lazer. Isto não significa dizer que os objetos de contemplação dos atrativos culturais devam ter uma nova concepção simbólica no imaginário social, mas, sim, compreender porque eles já existem e se transformam com o tempo. A ideia não é aproximar a atividade turística do real, mesmo porque o turismo faz parte de uma cultura humana que busca se distanciar de si mesmo.

O pressuposto teórico seria entender as razões pelas diversas apropriações do passado, desde a invenção de uma tradição até a incorporação de mitos do passado, em um caminho pelo qual a História reflete as representações desse processo histórico e o Turismo se utiliza disto para oferecer aos turistas a própria comunidade receptora. Torna-se imperativo a compreensão da tradição e seus símbolos que, se percebidos como importantes para a formação da identidade e para a memória de uma dada sociedade, em um processo híbrido, passam a ser objetos de contemplação. Um lugar de memória deve estar sempre associado a uma constante reconstrução histórica por meio de pesquisas e, também, articulado a uma visita turística em que seu público seja intérprete desse local e, principalmente, que a comunidade não seja alheia a esse processo.

Portanto, nota-se que o conceito de patrimônio cultural é flexível e temporal, pois segue os (des) interesses políticos, sociais e econômicos diante de uma dada época. Tem-se, por fim, que a dinâmica do patrimônio no turismo é fruto do hibridismo da memória e da identidade dentre os tempos históricos e seus lugares de memória.

REFERÊNCIAS

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural**. Campinas: Papyrus, 2000.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica. Arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. V. 1. (Obras escolhidas).

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução: Paulo Neves da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1990. 7ª. edição.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 3ª. edição.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez Oliveira. 4a. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2006.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CANCLINI, Néstor García. Los usos sociales del patrimônio cultural. In: AGUILAR CRIADO, Encarnación. (Org.) **Patrimônio etnológico**: nuevas perspectivas de estudio. Consejería de cultura. Junta de Andalucía, 1999. p. 16-33.

CARDOSO, Gleudson Passos. História Social, Patrimônio Cultural e Turismo: interfaces entre os campos do saber e práticas sociais. In: MARTINS, Clerton (Org.). **Patrimônio cultural**: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa / Rio de Janeiro: Difel / Bertrand, 1990.

CHOAY, Façoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp/Estação Liberdade, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Lições das coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial. In: CHAGAS, Mario (Org.). **Museus: antropofagia da memória e do patrimônio**. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. No. 31, 2005.

IZQUIERDO, Iván. **Memória**. Porto Alegre: Artmet, 2002

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad.: Bernardo Leitão. Campinas: Editora Unicamp, 2003. 5ª. Edição.

LEMOES, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico?** São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARTINS, Clerton (Org.). **Patrimônio cultural**: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006.

Memória. Por que esquecemos cada vez mais? **Super Interessante**. Edição 264. São Paulo: Editora Abril, Abr, 2009.

MENESES, José Newton Coelho. **História e turismo cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YASIGI, Eduardo (org.). **Turismo, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Para que serve um museu. Entrevista. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Ano 2, No. 19, abril 2007, p. 46 – 51. Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=2624>. Acesso em: 15/03/2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História**, n. 10, Dez, 1993. p. 7 – 28.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). Disponível em: <<http://www.unesco.org/pt/brasil>>. Acesso em: 03/03/2010.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas: Papirus, 1997.

Proteção oficial não preserva história de SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de Jan. 2008. Caderno Cotidiano.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. Conceito de patrimônio cultural no Brasil: do Conde de Galvêias à Constituição Federal de 1988. In: MARTINS, Clerton (Org.). **Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Roca, 2006.

SANTOS, Miriam Sepulvida dos. Canibalismo da Memória: o negro nos museus brasileiros. In: CHAGAS, Mario (Org.). **Museus: antropofagia da memória e do patrimônio**. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. No. 31. 2005.

SALES e SILVA, José Solón. Patrimônio cultural e atrativo diferencial: um estudo sobre o Cemitério São João Batista de Fortaleza. In: MARTINS, Clerton (Org.). **Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Roca, 2006.